

PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO NOS ANOS 90

Lúcia Maria Wanderley Neves¹

A privatização do ensino não se constitui em temática nova no debate educacional. Desde que o Estado brasileiro assume diretamente a definição e a execução das políticas de formação técnica e ético-política da força de trabalho, a partir dos anos 30 do século XX, o faz contando com a ação complementar de uma rede escolar privada.²

No período desenvolvimentista do nosso capitalismo, duas tendências podem ser constatadas: a primeira, compreendendo o período populista (1945-1964), na qual o Estado procura ampliar a oferta de vagas nas escolas públicas, embora não prescindida da rede escolar confessional para expandir a matrícula da educação básica, em especial do ensino médio. A segunda compreende o período da Ditadura Militar e de Abertura Política (1964-1989), na qual o Estado embora promova uma expansão considerável da suas escolas, estimula a expansão concomitante das escolas privadas confessionais e laicas, para fazer face às necessidades de aumento de produtividade da força de trabalho no período monopolista do nosso desenvolvimento capitalista e também para tentar obter o consenso de larga fatia das camadas médias urbanas ao projeto de sociedade hegemônico à época.

¹ Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

² O Estado contou majoritariamente com as escolas privadas confessionais para o desenvolvimento dessas políticas até os anos 70. A partir de então um novo sócio começa a adquirir uma maior visibilidade histórica, tornando-se nos anos finais do século, seu sócio majoritário: os empresários leigos do ensino.

No final do período desenvolvimentista o cenário da relação escola pública e escola privada assim se configurava: em 1980, as escolas públicas eram responsáveis por 87,2% da matrícula do ensino fundamental, enquanto as escolas privadas por 12,8%. No nível médio de ensino, o Estado se responsabilizava diretamente por 53,5% da matrícula e, indiretamente, via escolas confessionais e laicas, por 46,5%. No ensino superior, a presença das escolas privadas era já significativa. Elas eram responsáveis por 62,1 % da matrícula nesse nível de ensino, enquanto as instituições de ensino superior públicas se responsabilizavam por apenas 35,7%.

Assim, nos anos finais do desenvolvimentismo já se delineava claramente uma tendência que se aprofunda nos anos de neoliberalismo no Brasil, ou seja, o Estado passa a assumir diretamente a formação técnica e ético-política do trabalho simples, buscando a universalização do ensino fundamental e ampliando o acesso ao nível médio de ensino. Simultânea e progressivamente, delega ao empresariado do ensino a formação técnica e ético-política do trabalho complexo, responsabilizando-se diretamente, no entanto, pela formação de fração significativa do corpo docente das instituições de ensino superior, através de cursos de Mestrado e de Doutorado.

Embora apresente elementos de continuidade com o período final do desenvolvimentismo quanto à distribuição da matrícula por tipos de escola, pública ou privada, a privatização do ensino nos anos de neoliberalismo guarda algumas especificidades quanto à sua natureza. Para que se possa apreender o sentido que vem tomando esta privatização do ensino nos anos 90, faz-se necessário entender qual o seu papel no projeto neoliberal de sociedade.

A privatização constitui-se em um dos pilares essenciais desse projeto, uma vez que, para ele, o mercado mostra superioridade econômica, política e moral frente à ação estatal, tornando-se imprescindível a sua limitação.

Para limitar a ação estatal no Brasil, tornaram-se necessárias, dentre outras ações, a implementação de uma reforma da aparelhagem estatal, que teve início, mais sistematicamente, após a vitória de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República em 1994. As diretrizes dessa reforma acham-se definidas no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, elaborado pelo Ministério da Administração e da Reforma Administrativa, em 1995. Esse Plano indica claramente quais as atividades de que o Estado brasileiro deve encarregar-se diretamente, quais as que o Estado deve apenas coordenar e/ou supervisionar e quais as que ele deve entregar à iniciativa privada.³ A educação escolar se inscreve neste Plano em dois setores: atividades exclusivas do Estado (educação básica) e serviços não-exclusivos do Estado (educação superior). Nessa perspectiva, o Estado se responsabiliza diretamente pela formação técnica e ético-política do trabalho simples e indiretamente pela

³ O Plano propôs que o Estado neoliberal fosse composto de quatro setores: 1) **núcleo estratégico**, responsável pela definição de leis e políticas públicas e cobrança do seu cumprimento, formado pelos poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e, no Poder Executivo, pelo Presidente da República, ministros e seus auxiliares diretos; 2) **atividades exclusivas**, compreendendo serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado – o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar. Entre as atividades exclusivas encontram-se o subsídio à educação básica, a previdência social básica, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente; 3) **serviços não-exclusivos**, correspondendo ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado mas este está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como a educação e a saúde; 4) **produção de bens e serviços para o mercado**. Corresponde à área de atuação das empresas estatais, que tendem a posterior privatização.

formação do trabalho complexo, utilizando-se para isso das organizações sociais⁴ e das empresas privadas de ensino.

Ao tomar diretamente para si a formação técnica e ético-política das massas trabalhadoras, o Estado brasileiro, assumindo o seu papel de educador, busca conformar o trabalho simples, no espaço nacional, aos objetivos neoliberais de realização da subordinação efetiva da escola à produção capitalista, no momento em que a atual reestruturação produtiva vem demandando um aumento do patamar de escolarização de toda a classe trabalhadora. E, também, busca obter o seu consentimento aos valores e práticas neoliberais, no momento em que a constituição e a consolidação de um novo bloco histórico entre nós exigem a obtenção do consenso amplo da maioria da população aos valores e práticas hegemônicos.

O Estado brasileiro vem desempenhando a contento essa missão educadora, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo. Em 1999, quatro anos após a elaboração do *Plano Diretor da Reforma do Estado*, já se responsabilizava diretamente por 90,9% das matrículas iniciais do ensino fundamental e por 84,2% da matrícula do ensino médio. Embora tenha aumentado também as matrículas iniciais das escolas privadas médias, este aumento se processou em um ritmo mais lento: 20,31%.⁵

⁴ As Organizações Sociais foram definidas no *Plano Diretor de Reforma do Estado* como “entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do Poder Legislativo para celebrar contrato de gestão como o Poder Executivo e assim ter direito à dotação orçamentária”.

⁵ Vale ressaltar que, no período de 1991 a 1999, a matrícula inicial do ensino fundamental público cresceu 23,5%, enquanto na rede privada regrediu 9,42%. No ensino médio, o crescimento da matrícula inicial das escolas públicas foi de 137,8% enquanto a das escolas particulares foi de apenas 20,3%. Estes e todos os dados aqui apresentados foram extraídos de informações do MEC/INEP/SEEC.

Apesar de ser relevante o número de alunos matriculados nessas escolas em 1999 (1.224.364), verifica-se que a sua participação na matrícula total do ensino médio decresceu efetivamente no neoliberalismo, o que denota, de um lado, a falta de estímulo estatal ao empresariamento do ensino nessa etapa da educação básica e, de outro, o empobrecimento progressivo das camadas médias da sociedade nos anos 90, clientela habitual das escolas médias privadas brasileiras.

Do ponto de vista qualitativo, o Estado neoliberal vem implementando, paulatinamente, tanto na escolarização regular como na educação profissional, o sistema de competência⁶, estratégia pedagógica e organizacional própria para a obtenção de dois objetivos: o desenvolvimento de capacidades específicas para o exercício profissional, e a conquista do consentimento aos valores e ações capitalistas contemporâneos.

Em relação à educação superior, o Estado vem adotando duas estratégias concomitantes: 1) a transformação da educação pública em educação pública não-estatal e 2) o estímulo ao empresariamento do ensino.

A privatização do ensino superior público, prevista na reforma da aparelhagem estatal, responde à posição tomada pelos neoliberais brasileiros quanto à produção do conhecimento em nosso país. Para estes, é mais vantajoso, em termos do desenvolvimento nacional, importar a ciência e a tecnologia produzidas no centro dinâmico capitalista mundial do que produzi-las internamente. Nessa perspectiva, a educação superior teria como uma das finalidades essenciais realizar a adaptação da ciência

⁶ Sobre sistemas de competência nas relações de trabalho e nas relações educativas ver a Tese de Doutorado *Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho educação*, de Marise Nogueira Ramos, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, em março de 2001.

e da tecnologia transferidas do centro para a periferia, em grande parte, pelas empresas multinacionais.

Preocupado em formar esses intelectuais de novo tipo, sintonizados com a cultura empresarial contemporânea, o Estado brasileiro, através da reforma da aparelhagem estatal, propõe a transformação das universidades públicas federais até então produtoras de conhecimento, em universidades operacionais⁷, consubstanciadas em organizações sociais, aptas a receber subsídio público e privado para consecução desses objetivos.

Na implementação dessa proposta de ensino superior público não-estatal o Estado brasileiro vem contando com um aliado histórico: A Igreja Católica. Esta, enquanto comunitária, procura diferenciar-se das demais instituições privadas de ensino, apresentando-se ao Estado como aquela que tem a capacidade de ministrar o ensino de natureza científico-tecnológica e de difundir os valores de fraternidade e de solidariedade, caros à sociabilidade neoliberal neste século que se inicia.

Até o presente momento, a institucionalização integral da proposta neoliberal para a universidade brasileira tem sido inviabilizada pelo poder de organização dos docentes e servidores federais e pela aliança com outros segmentos da sociedade civil, especialmente partidos políticos e entidades de classe.

Um importante instrumento jurídico estimulador do empresariamento da educação superior brasileira foi a institucionalização de cinco tipos de instituições de ensino superior: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores, pelo Decreto 2.306, de 19/08/1997. Isto porque,

⁷ Ler o artigo *A universidade Operacional* de Marilena Chauí, publicado no Caderno *Mais* do Jornal *Folha de São Paulo*, de 09/05/1999.

ficando adstrita a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão somente às universidades, abre-se espaço mais lucrativo para a expansão desse nível de ensino em instituições voltadas somente para a capacitação profissional. Nas atuais circunstâncias, as instituições de ensino podem ainda realizar um ensino de excelência nos centros universitários ou um ensino de natureza cognitiva mais restritiva nas faculdades integradas, nas faculdades e nos institutos ou escolas superiores. Quanto mais restritivo o ensino, menores as exigências do Estado para o seu funcionamento e, seguramente, melhores condições de obtenção de lucro.

Pode-se dizer, sintetizando, que tanto a reforma da aparelhagem estatal como a reforma da educação escolar, no Brasil dos anos 90, tiveram como finalidade adaptar, em diferentes graus, a força de trabalho qualificado ao modo neoliberal de trabalho e de vida.

Embora não se tenha instrumentos para avaliar com segurança o sucesso da investida neoliberal no ensino superior até o momento, os dados referentes à direção do crescimento da matrícula nesse nível de ensino nos oferecem alguns indícios do êxito alcançado até então. Do total das matrículas nesse nível de ensino no País, as instituições superiores de ensino público, em 1999, se responsabilizaram por 36,6% e as instituições de ensino privado por 63,4%, mantendo-se quase a mesma proporção do início da década, quando as instituições de ensino superior públicas se responsabilizavam por 37,6% da matrícula, enquanto as instituições privadas se responsabilizavam por 62,4%. Maior visibilidade desse processo é conseguida, no entanto, ao analisar-se o incremento da matrícula dos cursos de graduação das escolas particulares por região, durante a segunda metade dos anos 90.

Em 1994, as escolas particulares se responsabilizavam por 23,6% da matrícula inicial total da região Norte; em 1999, essas escolas já se responsabilizavam por 32,0% dessa matrícula. No Nordeste, nesse mesmo período, as matrículas das escolas particulares eram, respectivamente, 30,0 e 32,0% das matrículas totais da região. No Sudeste, região onde se concentra a maior quantidade de alunos da educação superior, as escolas privadas se responsabilizavam por 72,7% das matrículas iniciais totais em 1994, atingindo um percentual de 76,8% em 1999. Na região Sul, nesse mesmo período, seu percentual de matrículas se eleva de 48,3% para 64,7%. O mesmo ocorrendo na região Centro-Oeste, quando, em 1994, as matrículas das escolas privadas representavam 56,6% das matrículas totais e, em 1999, 64,3%.

Caso não haja um movimento forte na sociedade civil em defesa da escola superior pública, a tendência é que nos próximos anos a participação das escolas particulares na educação superior tenda a aumentar.

Em defesa da escola pública, além da atuação específica do ANDES, já foi formado no Congresso Nacional um fórum parlamentar. Além disso, já vem tendo certa expressão nacional o Movimento de Pré-Vestibulares Populares, que visa a integrar na educação superior pública aquelas fatias da classe trabalhadora que, egressas dos cursos médios públicos, de natureza profissionalizante, não conseguem competir, em igualdade de condições, com os egressos dos cursos médios de natureza propedêutica ao ensino superior, majoritariamente privados.

Em defesa da expansão do empresariamento do ensino, no entanto, robustecem-se os empresários da educação, integrantes da *nova*

*burguesia de serviços*⁸. Embora não hegemônica no bloco de poder, a nova burguesia de serviços recebe o apoio de todas as frações da burguesia brasileira, por contribuir com a redução dos gastos governamentais e dos direitos sociais. No aparelho estatal, o empresariado do ensino atua diretamente junto ao Ministério da Educação, ao Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Educação no sentido de obter ganhos para suas empresas. Para tanto, vem paulatinamente aumentando o número de associações nacionais⁹ que ora atuam isoladamente, ora atuam em conjunto. O empresariado vem se utilizando, também, massivamente, dos meios de comunicação de massas, tanto para denegrir a qualidade da escola pública como para vender a sua mercadoria.

A questão da privatização do ensino nos anos 90, pela sua dimensão e pelas suas conseqüências, deve ser encarada como uma das principais questões políticas da atualidade brasileira. O neoliberalismo está educando para a submissão que, numa dimensão internacional, nos encaminha para a perda da soberania nacional e, numa dimensão nacional, encaminha as próximas gerações para a perda da capacidade de pensar e decidir autonomamente.

⁸ Para uma análise da relação entre governo neoliberal e burguesia e, especificamente, para a análise da nova burguesia de serviços, ler a primeira parte do livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, de Armando Armando Boito Jr, editado pela Xamã, São Paulo, 1999. .

⁹ Até o início deste ano, as escolas particulares estavam organizadas nas seguintes entidades: AEC- Associação de Educação Católica do Brasil.; ANAMEC- Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas; ABESC- Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas; ABRUC- Associação Brasileira de Universidades Comunitárias; ABMES- Associação Brasileira de Mantenedoras de escolas Superiores; ANUP- Associação Nacional de Universidades Particulares; ANACEU- Associação Nacional de Centros Universitários,; ANAFI- Associação Nacional de Faculdades Integradas; CONFENEN- Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; FIEPE- Federação Interestadual das Escolas Particulares.